

CARTA AO LEITOR E À LEITORA

São Carlos, agosto de 2015.

O sociólogo Florestan Fernandes fez suas primeiras pesquisas há quase 80 anos investigando atores sociais pouquíssimos pesquisados até então no Brasil. Pesquisou indígenas, negros e crianças e sempre estudou as mulheres nas suas pesquisas. Destaco o papel da mulher em “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá”. Destaco também “As ‘Trocinhas’ do Bom Retiro” quando, em 1946, pesquisando os grupos infantis que brincavam na rua, Fernandes formula o conceito de cultura infantil, mostrando como as crianças participam da construção da realidade social. Sobre os negros, afirmou, em 1972:

Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classes. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de forma variáveis, sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, revitalizando de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica. (FERNANDES, 2007, p. 117)

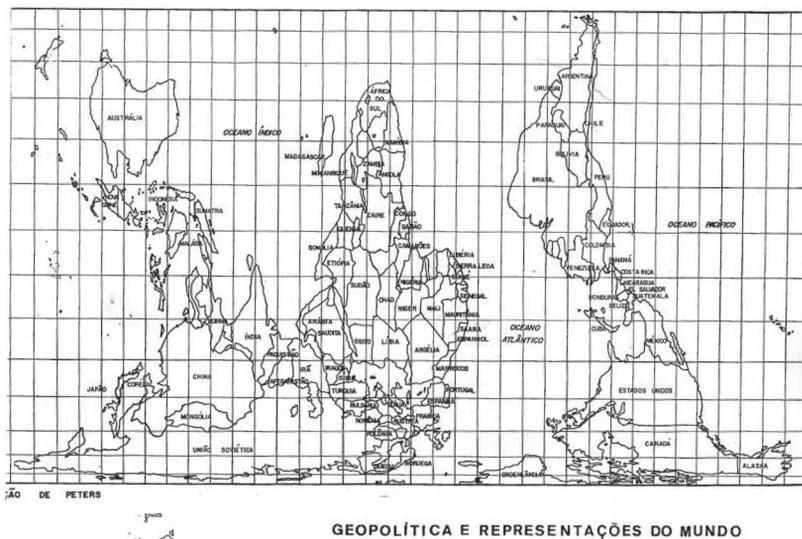
Seu orientador, o professor francês Roger Bastide, era maravilhado com a irreverência brasileira e as contribuições acadêmicas e científicas que daí provinham. O prefácio que ele faz para a publicação de “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro” é primoroso, assim como o prefácio do seu livro “Brasil, terra de contrastes”. Selecionei as duas seguintes frases para marcar o que, em minha opinião, deu origem à educação das relações sociais.

Para poder estudar a criança, é preciso tornar-se criança. Quero com isso dizer que não basta observar a criança, de fora, como também não basta prestar-se a seus brinquedos; é preciso penetrar, além do círculo mágico que nos separa, em suas preocupações, suas paixões, é preciso viver o brinquedo. E isso não é dado a toda gente. (BASTIDE, 2004)

E,...

Se até no contraste existe harmonia, o conjunto persiste também na reconciliação [...]. Existem forças de antagonismo no interior das forças de adaptação, de acomodação, de assimilação do mesmo modo que as forças de acomodação existem no interior das forças em conflito e no jogo dos contrastes. Assim o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar. Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte americano não valem aqui. O antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas nas outras. Os mesmos termos como “classe social” e “dialética histórica” não têm o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Seria necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, ebulição, de interpretação, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta. (BASTIDE, 1971, p. 5)

Já 20 anos antes desse período, tivemos outra importante apresentação de abordagem que hoje seria chamada pós-colonialista, o “Manifesto Antropofágico”, de 1928, assinado por Oswald de Andrade. Falamos, então, de um mundo de ponta-cabeça, assim como o mapa mundi desenhado por Peters em 1957, onde a África está no centro e a Europa, pequenininha, na parte inferior.



Projeção de Peters. (domínio público)

Na área da Educação Infantil, Tizuko Kishimoto tem como referência de longa data “As trocinhas” e o protagonismo infantil através do lúdico. Hoje falamos no plural *culturas infantis* materializando as infâncias brasileiras negra, indígena, quilombola, sem-terrinha, branca, rica, pobre... Falamos numa pedagogia macunaímica, com negros, brancos e indígenas (como no subtítulo do livro de Mario de Andrade: *O herói sem nenhum caráter*).

Mais recentemente a indiana, professora de Educação da City College de Nova York, Amita Gupta (2006) explora a tensão entre as teorias ocidentais de desenvolvimento infantil (propriamente a concepção sociocultural construtivista de Vigotsky) e as formas indianas de ser e pensar, chamando a atenção para as contribuições do paradigma pós-colonial para a educação das crianças desde o nascimento e a formação das professoras de educação infantil.

Neste número da Revista Eletrônica de Educação da UFSCar, nesta perspectiva ressitando a África e a diáspora africana na

História mundial (como afirma aqui, em seu artigo, Valter Silvério), Anete Abramowicz, sua editora, brinda-nos com este conjunto de artigos sobre educação das relações raciais.

Estamos, assim, festejando os 11 anos da Lei nº 10.639/03, que altera a LDB e inaugura, na forma de lei na área educacional, uma formação humana de formação do/a profissional docente para o combate e extinção do racismo. Precisa-se lembrar que essa Lei não versa somente sobre conteúdos escolares, mas também sobre as relações sociais, deixando explícito que ensinamos o racismo mesmo sem dar aula sobre como ser racista. E isto precisa também ficar de ponta-cabeça.

É neste contexto que, com muita satisfação, faço esta carta ao leitor e à leitora para a Revista Eletrônica de Educação neste seu número temático “Infância e relações étnico-raciais”, que venceu o prêmio (edital da Anped) da chamada para concurso nº 001/2014 –FUNAPE/UFG/MEC/SECADI. Processo nº 10811/2014.

Aproveito para agradecer o convite para fazer esta Carta e cumprimento e parabênico pelo Prêmio a que faz jus Anete Abramowicz, pesquisadora das diferenças, renomada na área e que, também sendo militante do movimento negro e militante da pequena infância, traz mais este provocador debate com vários aspectos da educação das relações raciais.

Embora a pesquisa sobre a pequena infância e as relações étnico-raciais venha crescendo em quantidade e densidade desde as primeiras pesquisas realizadas pelas saudosas Fúlvio Rosemberg e Regina Pahim no início da década de 1990, a referida lei ainda não contemplou uma excluída atriz social, a criança pequena antes de ir para escola, em creches e pré-escola, na educação infantil, primeira etapa da educação básica.

Ao mesmo tempo, infelizmente, as pesquisas não costumam escutar as crianças (principalmente as pequenas), tampouco as pesquisas sobre relações étnico-raciais, de relações de gênero e de classe.

A propósito dos dados coletados em 1995, que mostram 1.100.000 crianças brasileiras maiores de 7 anos na pré-escola, sendo que a maioria é criança negra do nordeste, Rosemberg escreve:

Quadro sinistro, aberrante, morte educacional precoce são expressões emocionadas (mas não emocionais) pela indignação que provocam. A busca de sua compreensão, visando à superação de tamanha iniquidade, me conduz ao modelo teórico que procura integrar hierarquia de gênero, classe e raça nos planos econômico, cultural e político. (ROSEMBERG, 1996, p. 61)

Este número da REVEDUC, no entanto, contempla toda infância de 0-10 anos em creches, pré-escolas e anos iniciais do ensino fundamental, inclusive ouvindo-as (o que ocorre em alguns dos artigos) e, desta forma, preenche essas lacunas. Assim temos este número da revista sobre infância e relações étnico-raciais dentro e fora das instituições educativas, na literatura infantil, na comunidade negra, na política pública, enfim, no contexto das diferenças. Anete e seu grupo de pesquisa têm articulado raça, gênero, classe e idade representando hoje o grupo de maior abrangência e grupo de fronteira na área da educação, infância e diferença. Não temos aqui, nesta publicação, uma história única (como nos chama a atenção Chimamanda Adichie) e, assim, este conjunto de artigos denunciando a neutralidade e universalidade presente nas ciências humanas (como afirma Míghian Danae Ferreira Nunes em seu artigo) induzem superar os antagonismos e binarismos, base dos estereótipos e preconceitos.

As crianças resistem, transgridem e pedem uma educação antirracista afirmando diferença. Lendo aqui sobre a pluralidade das crianças negras, reconhecemos a produção das culturas infantis e a possibilidade de pedagogias descolonizadoras que tomem o lugar de pedagogia embranquecedora. Podemos fazer coro com Boaventura e dizer que “Tenho direito de ser igual quando a

diferença me inferioriza. Tenho direito de ser diferente quando a igualdade me descaracteriza”. (SANTOS, 2003, p. 56)

Bastide (2004, p. 195) fala por mim sobre a criança que temos em nós adultos/as e, encerrando esta Carta, fica o convite, quase apelo, para soltarmos nossa dimensão brincalhona:

Que somos nós, para as crianças que brincam ao nosso redor, senão sombras? Elas nos cercam, choram contra nós, respondem às nossas perguntas, num tom de condescendência, quando fingimos interessar-nos por suas atividades; mas sente-se, perfeitamente, que para elas, somos como os móveis da casa, parte do cosmo exterior, não pertencente a seu mundo, que tem seus prazeres e seus sofrimentos. E nós, os adultos, vivemos também dentro de nossa própria fronteira, olhamos as crianças brincar, repreendêmo-las quando fazem muito barulho, ou, se deixamos cair sobre seus divertimentos um olhar amigo, não é para eles que olhamos, mas, através deles, para as imagens nostálgicas de nossa infância desaparecida.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>>. Acesso em 10 de dez de 2014.

BASTIDE, Roger. Prefácio do capítulo As Trocinhas do Bom Retiro. In: FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 195-199.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. Difusão cultural, 1971.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupi-nambá**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1970 [1952]. 422p.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª edição: São Paulo: Global, 2007 [1972].

FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro. **Revista do Arquivo Municipal**, n. CXIII, Departamento de Cultura, São Paulo, 1947, p. 7-124.

GUPTA, Amita. **Early childhood education, postcolonial theory, and teaching practices in India**. Balancing Vygotsky and the Veda. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

ROSEMBERG, F. Educação Infantil classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996, p. 58-65.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Boa leitura!

Ana Lucia Goulart de Faria

Universidade Estadual de Campinas,
UNICAMP, Campinas-SP, Brasil

Comitê Editorial

Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali; Anete Abramowicz;
Carlos Roberto Massao Hayashi; Cármen Lúcia Brancaglion Passos;
Elenice Maria Cammarosano Onofre; Celso Luis Aparecido Conti;
João dos Reis Silva Júnior.

Editora Chefe

Anete Abramowicz

Editora Executiva

Maria de Lourdes Bontempi Pizzi

